



AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: OS SENTIDOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS REALIZADAS PELA ACACE EM CARUARU- PE

Isaias da Silva

Universidade Federal de Pernambuco-UFPE/CAA, e-mail: isaiassilva@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho estabelece uma interlocução entre Educação Inclusiva/ Educação Especial, evidenciando as pessoas com deficiência visual. Nesse sentido, objetivamos identificar as Práticas Educativas Inclusivas voltadas para pessoas com deficiência visual (em especial as pessoas cegas e com baixa visão) e elencar as principais percepções de pessoas com deficiência visual sobre autonomia. A base do pensamento teórico deste exercício de pesquisa será fundamentada a luz dos pensamentos de alguns teóricos. Acerca das Práticas Educativas Inclusivas fizemos uso das contribuições de: ALQUÉRES (2005), ARRUDA (2008), CARVALHO (2010), COIMBRA (2003), ROPOLI *et.al.* (2010) e SASSAKI (1997). Para nos ajudar a pensar a respeito da autonomia, enfatizando as pessoas com deficiência visual utilizamos: ARRUDA (2008), COIMBRA (2003), FREIRE (1996) e MONTILHA & ARRUDA (2007). Como campo de pesquisa nos aproximamos da Associação Caruaruense de Cegos- ACACE, localizada no município de Caruaru- Agreste Pernambucano. Esta pesquisa aproxima-se da abordagem qualitativa (GIL, 2007) e se aproxima da perspectiva do Método do Caso Alargado (SANTOS, 1983). O estudo aqui apresentado demonstra que as práticas educativas contribuem no processo de inclusão das pessoas com deficiência, bem no desenvolvimento da autonomia. Assim, os dados apontam que organizações e/ou associações que busquem desenvolver suas práticas, pautadas nessa concepção, reconhecendo as pessoas cegas e com baixa-visão como sujeitos capazes de serem autônomas, têm contribuído de forma significativa, na luta dos movimentos sociais em prol a garantia da inclusão desses sujeitos. Desse modo, entendemos que a Inclusão Social é um processo que necessita ser construída coletivamente e nossas ações como sociedade devem ser analisadas, visando possibilitar condições para que todos os sujeitos, independente as suas limitações exerçam sua autonomia.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Pessoas com deficiência Visual, ACACE, Autonomia.

Introdução:

O presente artigo visa estabelecer um diálogo entre Educação Inclusiva/ Educação Especial, na perspectiva da Inclusão Social, tendo como foco as pessoas com deficiência visual. Desse modo, pontuamos que refletir a cerca da Inclusão Social é colocar no bojo das discursões os grupos que tiveram ao longo da história seus direitos violados, vistos como inferiores e incapazes, por

apresentarem especificidades que não atendem os critérios de um perfil de uma “pessoa normal”, ou seja, uma pessoa que não é possuidora de nenhuma deficiência.

Estas concepções que foram sendo construídas historicamente contribuíram para alimentar o processo de discriminação e exclusão desses sujeitos. Assim, consideramos que a inclusão das pessoas com deficiência é um desafio coletivo, permeado de muitas possibilidades. Neste cenário destacamos o protagonismo dos próprios sujeitos com deficiência, vêm de forma direta ou indireta, reivindicando seus direitos, passando a serem considerados como cidadãos ativos com direitos e deveres, pois antes de possuírem alguma especificidade são pessoas como qualquer outra e que como tal devem ser considerados sujeitos autônomos e protagonistas de suas histórias.

Desse modo evidenciamos que muitas iniciativas têm surgido buscando contribuir no processo de inclusão das pessoas com deficiência, por parte de associações, ONG's e entidades afins. Portanto, faz-se necessário mantermos uma aproximação com organizações que se estruturam neste viés para que assim possamos refletir sobre suas contribuições no processo de inclusão das pessoas com deficiência, que aqui focamos as pessoas com deficiência visual (em especial as pessoas cegas).

Em face disto esta pesquisa objetiva identificar as Práticas Educativas Inclusivas voltadas para pessoas com deficiência visual (em especial as pessoas cegas e com baixa visão) e elencar as principais percepções de pessoas com deficiência visual sobre autonomia.

Para tanto, a base do pensamento teórico deste exercício de pesquisa será fundamentada a luz dos pensamentos de alguns teóricos. Acerca das Práticas Educativas Inclusivas fizemos uso das contribuições de: ALQUÉRES (2005), ARRUDA (2008), CARVALHO (2010), COIMBRA (2003), ROPOLI *et.al.* (2010) e SASSAKI (1997). Para nos ajudar a pensar a respeito da autonomia, enfatizando as pessoas com deficiência visual utilizamos: ARRUDA (2008), COIMBRA (2003), FREIRE (1996) e MONTILHA & ARRUDA (2007).

Como campo de pesquisa nos aproximamos da Associação Caruaruense de Cegos- ACACE, localizada no município de Caruaru- Agreste Pernambucano. Metodologicamente esta pesquisa aproxima-se da abordagem qualitativa, bem como centra-se na perspectiva do Método do Caso Alargado (SANTOS, 1983).

Diante do exposto e a título de organização, o artigo encontra-se subdividido nas seguintes seções: a) Práticas Educativas Inclusivas e autonomia das pessoas com deficiência visual; b) Metodologia/ Lócus da pesquisa: Associação Caruaruense De Cegos (ACACE); c) Resultados e Discussão: O Caso da Associação Caruaruense de Cegos (ACACE): Práticas Educativas Inclusivas e o desenvolvimento de autonomias; e d) Considerações Finais.



Práticas Educativas Inclusivas e autonomia das pessoas com deficiência visual

Nesta seção estabelecemos um diálogo entre Práticas Educativas Inclusivas (ALQUÉRES, 2005; ARRUDA, 2008; CARVALHO, 2010; COIMBRA, 2003; ROPOLI *et.al.*, 2010; SASSAKI, 1997); e Autonomia (ARRUDA, 2008; COIMBRA, 2003; FREIRE, 1996; MONTILHA & ARRUDA; 2007).

Pensar em uma sociedade em que os sujeitos tenham seus direitos reconhecidos, em que a diferença seja vista como possibilidade e não como instrumento de exclusão, possibilitando ir de encontro ao processo de exclusão construído no decorrer de nossa história humana. Faz-se necessário pensarmos em práticas educativas que contribuam para a inclusão das pessoas com deficiência, Ropoli *et.al* (2010) ressaltam que

Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. (ROPOLI *et. al*, 2010, p.9).

Enfatizamos que nessa perspectiva torna-se necessário ir de encontro aos estereótipos que historicamente foram sendo construídos que, pessoas com deficiências são “coitadinhos”, “sem perspectiva de vida”, “não são inteligentes”, “não conseguem conviver no coletivo” entre outros. Coimbra (2003, p. 56) chama atenção que “a perda de um dos sentidos central não torna o indivíduo incapaz. Entretanto, torna-o imperfeito aos olhos da sociedade, por isso, sujeito a atitudes preconceituosas, eventualmente, segregacionistas ou restritivas à sua participação social”.

Assim, evidenciamos a necessidade de Práticas Educativas Inclusivas, centradas na reflexão da Inclusão das pessoas com deficiência, não na perspectiva de negar que as mesmas possuem características, mas considerando que as mesmas apresentam especificidades distintas que exigem ser trabalhadas de formas específicas e diversas, levando em consideração as condições de cada um/uma. A diferença necessita ser respeitada e trabalhada a partir dela, visando favorecer a autonomia desses sujeitos.

Coimbra (2003) propondo discutir sobre a autonomia das pessoas com deficiência expressa que

[...] autonomia significa o domínio do ambiente físico e social, preservando a particularidade e a dignidade da pessoa que exerce. Nesse caso, o sujeito portador





de deficiência tem controle dos vários ambientes físicos e sociais que ele queira ou necessite frequentar para atingir seus objetivos. A prontidão físico-social daquele portador e a realidade de um determinado ambiente são requisitos indispensáveis para sua autonomia, o que significa que ele pode ter mais condições autônomas em um ambiente do que em outro. (COIMBRA, 2003, p.107).

Através da perspectiva apresentada por Coimbra (2003), podemos enfatizar que o processo de autonomia de uma pessoa com deficiência, nesse caso, das pessoas com deficiência visual não é uma ação que ocorre de um momento para outro e nem isoladamente. Faz-se necessário o esforço de todos que convivem com os sujeitos, de modo que possibilitem práticas e condições para se alcançar tais autônias. Para Paulo Freire (1996, p.35) “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Para ele a autonomia é um processo que vai para além do ato de tolerar que o outro pode ir além, é construída na vivência, e permeada por tomadas de decisões por parte do coletivo, não se restringindo nesse caso apenas a pessoa com deficiência visual.

Ao pensarmos em Práticas Educativas Inclusivas faz-se necessário considera que “a deficiência de uma criança ou de um jovem como mais uma das muitas características diferentes que os alunos podem ter” (ALQUÉRES, 2005, p.21). É nessa concepção que pretendemos conduzir nossas reflexões e pensando que somos sujeitos com especificidades que compomos a sociedade.

Arruda (2008) vem destacar a importância de permitir as pessoas com deficiência visual (cegos ou de baixa visão), desenvolverem atividades diárias, contribuindo no desenvolvimento de autonomia e também da independência por parte desses sujeitos.

Em função da deficiência visual, de maneira geral, não ocorrem aprendizagens das tarefas diárias naturalmente, pois muitas delas envolvem riscos relacionados à segurança, ou mesmo são difíceis de ser realizadas da maneira convencional, por requerer o uso da visão. Outras vezes, há necessidade do uso de objetos ou esquemas facilitatórios. Ainda, a prática das tarefas diárias deixa evidente a deficiência visual, provocando resistências, tanto pela própria pessoa como pelos familiares. Verifica-se, portanto, que pais, “cuidadores”, familiares, esposos ou professores e empregadores não sabem como lidar, ensinar ou facilitar a prática dessas atividades. (ARRUDA, 2008.p.119).

Montilha e Arruda (2007) apontam alguns princípios para as práticas do cotidiano, que contribuem de forma direta e indireta no desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência visual (especificamente os cegos). Referindo-se a seleção das atividades, de como e por quem devem ser escolhidas.



A escolha das atividades deve ser em conjunto com os participantes, seguindo critérios de necessidade, interesse, disponibilidade de materiais e de condições pessoais. –há muitas atividades que oferecem obstáculos para serem realizadas, mas há muitas outras possíveis. É importante selecionar as atividades, valorizando aquilo que pode ser feito. (MONTILHA E ARRUDA, 2007, p.125).

Nesta mesma perspectiva de contribuir na prática do cotidiano vivido pelas pessoas com deficiência visual as mesmas autoras ainda enfatizam acerca da importância do planejamento das atividades que venham ser realizadas, buscando sempre se pautar nas possibilidades dos sujeitos. Possibilitando a reflexão que “a maneira de vivenciar cada atividade está relacionada com a idade. Condições de desenvolvimento e interesse de cada um. As intervenções precisam fazer parte do contexto de vida e reverter em percepções de auto-eficácia” (MONTILHA E ARRUDA, 2007, p.125).

É diante do exposto que enfatizamos a importância da inclusão, onde encontramos nessa perspectiva, que as ações se dão com e para as pessoas com deficiência, em prol o desenvolvimento e estímulo da autonomia. Pois antes de enxergarmos a especificidade/deficiência, reconhecemos os sujeitos como pessoas, que são capazes de se desenvolverem de forma autônoma sem se tornarem totalmente dependentes.

Metodologia

De acordo com o objetivo do estudo, buscando aprender com a experiência da ACACE- Associação Caruaruense de Cegos e enriquecer o aprendizado a partir do encontro da teoria com a realidade optamos por uma pesquisa mais qualitativa, de modo que os nossos resultados possam contribuir para ampliar o conhecimento sobre as questões centrais deste estudo. Neste sentido Gil (2007) define pesquisa como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2007, p.17).

O presente exercício de pesquisa terá como método de pesquisa o Método do Caso Alargado, método este utilizado a primórdio por Boaventura de Sousa Santos que enfatiza “O Método do Caso Alargado privilegia o uso de técnicas de observação participante, observação sistemática, entrevistas não estruturadas, entrevistas em profundidade e análise documentais” (SANTOS, 1983, p. 2).

Em consonância a essa perspectiva Lage (2013) enfatiza:

O melhor método a ser utilizado é aquele mais conhecido e de domínio amplo, mas aquele que consegue investigar todos os pontos relevantes para os resultados da



pesquisa sejam alcançados. O Método do Caso Alargado é caracterizado por um estudo convencional que tem alargada as suas implicações quando da sua conclusão. (LAGE, 2013, p.53-54).

No trabalho de coleta de dados a partir da observação Participante que “é uma técnica para o trabalho de campo que proporciona grande aproximação à realidade sociológica” (LAGE, 2013, p.59); e entrevista semiestruturadas que “incluem uma lista de questões previamente preparadas, mas o pesquisador utiliza-a apenas como um guia, acompanhando os comentários importantes feitos pelo entrevistado” (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008, p.174). Contamos com a participação dos seguintes colaboradores: a) Presidente da ACACE; b) Assessora de Educação; c) Assessora de Esportes; c) Associado.

Lócus da pesquisa: Associação Caruaruense De Cegos (ACACE)

A Associação Caruaruense de Cegos- ACACE surge da necessidade das pessoas com deficiência visual, em especial as pessoas cegas e de baixa visão. O atual presidente da associação, Sandro José da Silva no ano de 2000, em conversa com o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, na época Presidente da APEC, hoje Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Presidência da República do Brasil, expressou sua intenção de criar uma entidade de cego em Caruaru e o mesmo ofereceu apoio e assim foi; em 11 de dezembro de 2004 foi realizado o primeiro Encontro Caruaruense de Cegos – I ECACE, pela manhã e no turno da tarde, ocorreu a Assembleia Extraordinária de fundação da Associação Caruaruense de Cegos – ACACE.

No dia 11 de dezembro de 2012, acontece a conclusão da 1ª Etapa da Construção da Sede Social da Associação, a construção ocorreu mediante a recursos próprios, doações e parcerias com o Ministério Público do Trabalho- Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru, e desde então estão funcionando na sua sede própria, localizada na Av. Daniel Félix da Silva Nº 243, Jardim Boa Vista, Caruaru – PE. Atualmente a associação conta com 66 associados, entre eles pessoas com, e sem deficiência.

Frente da ACACE- Associação Caruaruense de Cegos



Fonte: Isaias Silva

A ACACE é uma associação civil, sem fins lucrativos, apolítico-partidária, arreligiosa, de caráter reivindicatório, prestadora de serviços, defensora dos Direitos Humanos, legítima representante das pessoas com deficiência, notadamente, das pessoas cegas e/ou com baixa visão, residentes e domiciliadas no Município de Caruaru, bem como, em toda região agreste central do Estado de Pernambuco. A ACACE esta funcionando na sua sede própria, localizada na Av. Daniel Félix da Silva Nº 243, Jardim Boa Vista, Caruaru – PE. Atualmente a associação conta com aproximadamente 66 associados, entre eles pessoas com, e sem deficiência.

Resultados e Discussão:

O Caso da Associação Caruaruense de Cegos (ACACE): Práticas Educativas Inclusivas e o desenvolvimento de autonomias

Nesta seção apresentamos os resultados e discutimos sobre, propondo uma construção dialógica das narrativas dos sujeitos de nosso exercício de pesquisa acerca das Práticas Educativas Inclusivas desenvolvidas pela ACACE- Associação Caruaruense de Cegos. Assim ressaltamos que compreendemos como Práticas Educativas Inclusivas, todas as atividades e ações realizadas junto as pessoas com deficiência visual, em específico as pessoas cegas e com baixa- visão, que contribuam para sua inclusão nos diversos contextos sociais.

Nesta perspectiva Sandro (Presidente da ACACE) em sua fala a importância da associação, em realizar práticas educativas que possibilitem somar no processo inclusivo desses sujeitos:

A ACACE contribui de forma significativa na vida de seus associados, na medida em que possibilita primeiramente eles, se perceberem como sujeitos capazes de terem uma vida normal, levando em conta suas limitações, como todos nós temos. Os cursos que a entidade oferta, como por exemplo, o curso de braille, que através do braille eles vão ter um maior acesso a informação no geral que também implica no direito da cidadania, os eventos que desenvolvemos, eventos esses externos, como por exemplo, marcamos presença nos camarotes da acessibilidade em diversos festejos de nosso município e região além das atividades que organizamos no grupo. (SANDRO, Presidente da ACACE).

Os dados apontam também como a ACACE tem se organizado, para efetivar e buscar garantia do acesso a inclusão das pessoas cegas e de baixa-visão, junto a sociedade. No entanto compreendemos que “Não é fácil e imediata a adoção dessas novas prática [...], é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão”(ROPOLI *et. al*, 2010, p.9).

Em face às Práticas Educativas Inclusivas desenvolvidas pela ACACE, o Presidente Sandro, enfatiza que:

Nossas ações são pensadas e desenvolvidas sempre em conjunto com a diretoria, os assessores, os associados da associação e a sociedade, buscamos sempre articular nossas ações que envolvam a nossa inclusão no contexto social, buscando da visibilidade. Quantas pessoas não chegam aqui e ficam boquiabertos, ou melhor, dizendo abrem os olhos, para enxergar a realidade da pessoa cega, entendeu [...] não aquela realidade do abandono, do flagelo, de ficar em casa, [...] lá a mercê dos outros, só comer se alguém colocar na boca dele, entendeu? Mas, pelo contrário mostra que o cego tem total condição/ competência de se manter e manter até uma família (SANDRO, Presidente da ACACE).

A partir dessa perspectiva de coletividade que reconhece as pessoas com suas especificidades que a Inclusão Social, vai se materializando. Desse modo compreendemos que “a inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”. (SASSAKI, 1997, p. 3).

Desse modo, objetivando identificar as Práticas Educativas Inclusivas realizadas pela ACACE, organizamos no quadro abaixo:

Quadro: Práticas Educativas Inclusivas desenvolvidas pela ACACE

Práticas Educativas
Curso de Tiflogia;
Curso de escrita Braille para o público em geral;
Curso de informática;
Curso básico de violão;
Curso de culinária;
Banca de estudo em geral;
Prática do esporte na entidade- Equipe de judô.

Fonte: SANDRO, Presidente da ACACE.

Frente a essas Práticas Educativas Inclusivas uma das narrativas que ilustram a importância das Práticas Educativas Inclusivas e sua contribuição para autonomia, ganha concretude na fala de Wilson o afirmar que

Gosto muito de participar das atividades práticas que a ACACE desenvolve, tenho mais autonomia na vida. Os trabalhos que fazemos nos possibilita que possamos



cada vez mais sermos melhor. Participo do Judô, posso dizer que fico muito feliz em participar e poder ser capaz de realizar atividades que passei minha vida acreditando que nunca poderia fazer. (WILSON, Associado da ACACE).

Assim, destacamos que os trabalhos realizados junto ACACE, centram-se na busca de romper a prática de rotular as pessoas por suas limitações e a perspectiva binária existente entre o “ser” ou “não ser” deficiente. Neste sentido nos indagamos “Mas [...] será que poderemos afirmar que ser cego é o oposto de ser vidente, que ser deficiente mental exclui a possibilidade de ter altas habilidades artísticas, por exemplo, que ser surdo é negativo de ser ouvinte e assim por diante?” (CARVALHO, 2010, p.14). Faz-se necessário passarmos reconhecer as pessoas em suas diferenças e a partir de suas potencialidades.

Os dados apontam que é buscando de fato contribuir no desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência visual, que a referente associação vem trabalhando como enfatiza Maísa, assessora de esportes da ACACE:

Romper com a ideia que as pessoas cegas são incapazes e que necessitam sempre de alguém para viverem, pensar em um sujeito dependente de outro para se socializarem. É buscando mudar essas concepções que trabalhamos, buscamos estimular a autonomia dos associados, possibilitando que sejam cada vez mais independentes. (MAISA, Assessora de Esportes da ACACE).

Nesse mesmo viés ao realizar o atendimento pedagógico com uma criança com baixa-visão, através de atividades/ jogos lúdicos a assessora enfatiza que “Poder trabalhar essas atividades, contribuiu para que ele se torne uma criança autônoma, não ficando dependente total de terceiros, é importante contribuir nesse processo, por que ele só tem a ganhar e assim vai se desenvolvendo”. (PATRÍCIA, Assessora de Educação da ACACE).

A postura adotada pela assessora de educação é interessante, por que no processo de desenvolvimento, ela vai considerando as necessidades do sujeito, consciente que “a maneira de vivenciar cada atividade está relacionada com a idade. Condições de desenvolvimento e interesse de cada um. As intervenções precisam fazer parte do contexto de vida e reverter em percepções de auto-eficácia” (MONTILHA E ARRUDA, 2007, p.125).

De forma a enriquecer esta reflexão, trazemos para a discussão a fala de Wilson, associado da ACACE, que diz:

A ACACE contribui sim muito no desenvolvimento da autonomia, só em instigar a pessoa cega a sair de casa e socializar-se participando de atividades, passeios, que nós



temos o prazer de realizar são muito bons. Além, de estimular que nós as pessoas cegas nos reconheçamos nossos limites e a partir de nossas possibilidades de deixarmos de ser coitadinhos e podermos ter uma vida, com a máxima autonomia possível. (WILSON, Associado da ACACE).

Neste contexto compreendemos a necessidade de se pensar em ações que contribuam, para garantir o respeito à autonomia e a dignidade das pessoas com deficiência visual, enfatizando que suas especificidades não os caracterizam inferiores. Diante da análise, atrelando teoria e prática, percebemos que as atividades propostas pela associação visa contribuir no processo de inclusão dos seus associados.

Dentre as práticas desenvolvidas na ACACE, as ações são pensadas e vividas para atender as especificidades de todos e como Sandro, costuma falar “[...] não pergunte o que a ACACE pode fazer por você, e sim o que você pode fazer pela ACACE, porque se você está fazendo pela ACACE, você está fazendo por você mesmo”. (SANDRO, Presidente da ACACE). Essa concepção nos possibilita compreender que a entidade busca somar forças no processo de Inclusão Social, pois contribui para que as pessoas cegas e com baixa visão, vejam a partir de suas especificidades.

Considerações Finais:

O estudo aqui apresentado demonstra como as Práticas Educativas Inclusivas contribuem no processo de inclusão das pessoas com deficiência, bem no desenvolvimento da autonomia. Assim, quando nos propomos a refletir sobre as Práticas Educativas Inclusivas, consideramos que se faz necessário reconhecer as especificidades de cada sujeito, buscando refletir acerca do processo de inclusão e exclusão enfrentada por esses sujeitos.

Neste contexto, visando contribuir na inclusão das pessoas com deficiência, pode-se considerar o surgimento de organizações, movimentos que estão buscando, somar forças, para dá visibilidade a esses sujeitos, através de práticas educativas, dentre elas atendimento pedagógico, fazendo uso do Braille e soroban, atendimentos a crianças com baixa-visão, atividades esportivas como e o caso do judô, os eventos promovidos pela a associação, atividades de informática, aulas de violão básico entre outros que têm como fundamento contribuir no processo de inclusão social, possibilitando o desenvolvimento da autonomia desses indivíduos.

No que se refere à Autonomia das pessoas com deficiência visual, neste sentido, conclui-se que as práticas que vem sendo vivenciadas pela associação assume um papel relevante no processo e desenvolvimento da autonomia dos seus associados, pois tem propiciado que os mesmos se



reconheçam como sujeitos capazes de se desenvolverem, e que todos os sujeitos possuem seus limites e buscar superar essas barreiras. Assim, pontuamos que práticas como estas contribuem para possam romper o olhar preconceituoso e discriminador, para as pessoas cegas, considerados muitas vezes como “coitadinhos”, que não conseguiram se desenvolver e nem assumir uma postura autônoma perante a sociedade.

Tendo em vista que optamos pelo Método do Caso Alargado, método que inicia seus estudos a partir de um caso e busca superar a sua delimitação, a fim de proporcionar a realização de reflexões mais amplas, ou seja, parte de um caso para refletir a sociedade. Nesta perspectiva compreendemos que os elementos estruturantes do referente caso em estudo são as práticas educativas em uma perspectiva inclusiva, o desenvolvimento da autonomia e das pessoas com deficiência visual, em especial as pessoas cegas e com baixa-visão, que são vivenciados, buscando atender as especificidades de cada sujeito e o reconhecendo com sujeito de direito.

Em face desses elementos e aspectos, acreditamos que organizações e/ou associações que busquem desenvolver suas práticas, pautadas nessa concepção, reconhecendo as pessoas cegas e com baixa-visão como sujeitos capazes de serem autônomas, têm contribuído de forma significativa, na luta dos movimentos sociais em prol a garantia da inclusão desses sujeitos.

Referências:

ALQUERÉS, Hubert. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso ?**- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paul: AshokaBrasil,2005

ARRUDA, Sônia Maria Chadi de Paula. **Acessibilidade no cotidiano de pessoas com deficiência visual**. Revista @mbienteeducaçãoSão Paulov1n2p113-121ago/dez2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 7ed, 2010.

COIMBRA, Ivanê Dantas. **A Inclusão do portador de deficiência visual na escola regular**- Salvador: EDUFBA, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.



LAGE, Allene. **Educação e Movimentos Sociais: Caminhos para uma pedagogia de luta.**- Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa Pedagógica-** do projeto à implementação. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MONTILHA, Rita de Cássia Letto; ARRUDA, Sonia Maria Chadi de Paula. Habilidade e reabilitação de adultos e idosos com deficiência visual. In: MASINI, Elcie F. Salzano. (org). **A Pessoa com deficiência visual: um livro para educadores-** 1ª Ed. São Paulo: Vetor, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. [Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do "Skylab"](#). In: **Revista Crítica**, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo um mundo para TODOS. Coleção Inclusão.** WVA. Rio de Janeiro, 1997.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et.al*, . **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

